

# A ribeirividade amazônica: algumas reflexões

FRANCISCO RENTE NETO

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Belém, Pará, Brasil

LOURDES GONÇALVES FURTADO

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Belém, Pará, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p158-182

**resumo** Este artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada através do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O enfoque foi dado ao estudo do conceito de *ribeirividade* enquanto categoria de análise cultural do modo de vida dos povos ribeirinhos da Amazônia, através da identificação, reflexão e análise de alguns dos elementos que correspondem à expressão cultural dos grupos que habitam às margens dos rios na região Amazônica.

**palavras-chave** Ribeirividade; Amazônia; Ribeirinho; Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## The Amazon “ribeirividade”: some reflections

**abstract** This article is the result of a literature survey conducted by the Emílio Goeldi Museum (MPEG) and funded by the National Council of Technological and Scientific Development (CNPq). The focus was given to the study of the concept of *ribeirividade* as a category of livelihood in the cultural analysis of the riparian groups of the Amazon. The research expounded on the analysis of this concept taking as a basis for analysis the identification, reflection and analysis of some of the elements that correspond to the cultural expression of the riparian groups inhabiting the Amazon region.

**keywords** Ribeirividade; Amazon; Riparian; Museum Emílio Goeldi (MPEG); National Council of Technological and Scientific Development (CNPq).

## **A ribeirividade enquanto categoria de análise cultural**

O conceito de *ribeirividade* aparece pela primeira vez a partir de debates e reflexões de Lourdes Gonçalves Furtado e Maria Cristina Maneschy, docentes do programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, ao publicarem um artigo em coautoria inédito e intitulado *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil*, em (2002), no qual as autoras aplicaram o conceito em suas realidades de análise, propondo o termo *ribeirividade* como expressão de um modo de viver dos grupos sociais localizados à margem de mananciais aquáticos, de onde emanam os elementos materiais, imateriais e simbólicos que configuram o modo de vida desses grupos.

Em entrevista, Lourdes Gonçalves Furtado descreveu o termo referindo-se ao modo de vida dos povos ribeirinhos da Amazônia, “*daqueles cuja vida material e social está relacionada ao mundo das águas, ao universo halêutico, isto é, ao mundo das várias pescas, coletas, mariscagem*”, destacando ainda as “*analogias que podem ser construídas em regiões cujas relações entre homem e meio ambiente sejam influenciadas pelos elementos que guardam tais particularidades*”.

Tomando tais argumentos, podemos estabelecer análises do conceito, referindo-o a um modo de vida muito peculiar a um espaço físico bem característico da Região Amazônica, qual seja, o rio e seu entorno. Esse modo de vida pode ser observado no perfil sociocultural daqueles que habitam próximo aos rios na Amazônia, cujas convivência e articulação com a natureza estabelecem uma maneira de ser, agir e pensar muito íntima a esse meio natural.

É muito comum viajar pelo rio Amazonas e, numa paisagem distante, encontrar a imagem de uma casa isolada ou um agrupamento de casas à beira do rio, e num intervalo de duzentos, trezentos e até quinhentos metros, outro agrupamento de casas que vão seguindo assim o curso dos rios. A maioria delas é construída com madeira e palha e se eleva sobre estacas (palafitas) para ficar a salvo das inundações periódicas. Em alguns desses agrupamentos, moram diversos membros de uma mesma família, por exemplo, três casas separadas por apenas uns cem metros, que abrigam um casal de referência e seus filhos/netos. Para alguns dos seus moradores, os únicos meios de transporte são a canoa ou, para distâncias maiores, o “motor” ou a lancha comercial. As “estradas” são os rios e igarapés.

Na descrição de Loureiro (1992), o ribeirinho é aquele que vive à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados, todos eles à margem dos cursos d’água, seja em agrupamento de duas ou três casas, seja, final-

mente, isolado numa “cabeça de ponte”, trapiche de madeira que se projeta rio adentro, aonde aportam canoas e as pequenas embarcações de compradores; no final do trapiche, se localiza a casa com o pequeno comércio.

Charles Wagley (1988) identifica em sua obra o homem ribeirinho como sendo também um caboclo amazônico, isto é, utiliza o termo para caracterizar menos um grupo étnico do que um perfil social do habitante do meio rural da Amazônia,<sup>1</sup> muito embora o próprio Wagley e outros autores evidenciem a ausência de um consenso, preferindo chamar a atenção para a polissemia que este conceito envolve em diferentes análises.<sup>2</sup> Nesse aspecto, entretanto, o autor, prefere destacar a expressão *caboclo* para referenciar genericamente o habitante do meio rural da Amazônia.

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço. Não se trata de uma tipologia do caboclo amazônico, uma vez que não se destaca como uma variante deste, mas sim de uma expressão cultural que envolve particularidades imanentes a essa definição.

Conceituá-lo de outro modo seria o mesmo que identificá-lo enquanto um habitante do meio rural da Amazônia, conforme conceituação de Wagley, sem contudo atentar para estudos recentes que conduzem essa categoria ao meio urbano da Amazônia, onde as marcas dessa expressão cultural se manifestam no conjunto de hábitos e costumes que esses moradores da cidade mantêm com outra temporalidade e que permanecem quando os centros urbanos invadem, com seus aspectos modernizantes, as antigas cidades ribeirinhas (LOMBA; NOBRE-JUNIOR, 2013). Nessa perspectiva, o conceito de ribeirinho deve estar ligado mais ao caráter da relação estabelecida com o rio, sendo esse meio natural o principal definidor dos aportes culturais dessa categoria, sem necessariamente sobrepor uma categoria a outra. O ribeirinho pode ser um caboclo amazônico, desde que se especifique sua conexão com o meio rural, na mesma medida em que o caboclo pode ser um ribeirinho, desde que sua relação com o rio se sobressaia como o aporte central da análise.

Historicamente, as populações indígenas na Amazônia experimentaram o processo de conquista e colonização do Estado português, processo esse no qual a integração entre os agentes se deu a partir da “modelagem” étnica realizada dentro dos aldeamentos onde os ameríndios eram catequizados e ensinados a falar a Língua Geral, o Nheengatu, e, posteriormente, nas vilas dos colonos, onde eram integrados ao projeto civilizatório-cristão,

processos que contribuíram para o “surgimento” do perfil social da população que habita hoje as margens dos rios desses antigos espaços (ARENZ, 2000). Contudo, apesar desses processos de dominação, elas conseguiram resistir a uma “colonização total”,

resgatando os eixos principais das culturas de seus antepassados indígenas, tanto em termos econômicos (integração à natureza, extrativismo vegetal) e sociais (vivência autônoma em pequenas comunidades) quanto em religiosos (prática da pajelança como expressão de sua cosmovisão própria. A língua portuguesa e a religião católica são “pontes” para o mundo dos “brancos”, mas não determinaram e nem expressam, por completo, a autonomia social e cultural dos ribeirinhos. (ARENZ, 2000, p. 12)

A partir dessa leitura, o uso e a confecção de redes, canoas, materiais de caça e coleta ainda hoje podem ser encontrados e são heranças deixadas pelas culturas indígenas para as populações ribeirinhas. As técnicas agrícolas de derrubada e queimada da floresta e as principais culturas de alimentos, como mandioca, feijão, milho etc., também são de origem indígena, da mesma forma que a maioria dos nomes da flora, da fauna e da maior parte das localidades deriva dos grupos indígenas que habitavam o local no passado.

Assim, podemos observar que o seu conjunto de hábitos, comportamentos e práticas está relacionado à sua composição social e à relação estabelecida com o meio em que vive: as áreas de várzea<sup>3</sup> ou terra firme, geralmente distantes dos núcleos de povoamento, ou em vilas nas margens dos rios (CANTO, 2007). Essa articulação entre várzea e terra firme se revela complementar no que diz respeito aos aspectos da sociabilidade e da produção econômica, pois é nesse espaço, próximo ao rio e seu entorno, que o homem ribeirinho articula sua vida e suas formas de trabalho, de onde extrai a sua subsistência e a renda familiar, mediante os recursos naturais disponíveis próximo ao seu local de moradia e trabalho.

Segundo Moran (1994), o processo adaptativo dos agrupamentos humanos a determinados ambientes está relacionado à elaboração de *ajustes reguladores*, de caráter morfológico e funcional, criados por esses grupos visando uma relação estável com o meio que o cerca, aumentando “as possibilidades humanas de sobreviver e viver com relativo bem-estar em ambientes variados” (MORAN, 1994, p. 27). No caso das áreas de várzea na Amazônia, Moran (1990) argumenta que as técnicas e os conhecimentos do meio natural produzidos são as principais fontes de adaptação às pres-

sões exercidas pelo ambiente, destacando-se em especial 1) as adaptações às condições hidrológicas, representadas pelas flutuações no nível da água e sua ocorrência anual; e 2) as variações sazonais, que afetam os ciclos dinâmicos do rio e, conseqüentemente, a modificação na localização de alguns elementos dessa paisagem, como os cardumes e todo o seu mosaico ambiental.

Contudo, destaca o autor que, apesar dessas pressões como fatores limitantes, “técnicas apropriadas que respondam a tais pressões podem sustentar uma população variável, esteja ela isolada ou agrupada em pequenos povoados como é comum entre os caboclos ribeirinhos ou em grandes agregados populacionais [...]” (MORAN, 1990, p. 222). Vemos então que a exploração desse espaço ocorre graças aos saberes herdados e acumulados sobre o ambiente e às diferentes formas pelas quais a adaptação à natureza é efetivada e se mostra como o resultado da experiência empírica junto aos habitats naturais, espécies de plantas, de animais de caça, de peixes, técnicas de manejo do solo, culturas agricultáveis etc., objetivando a apropriação de recursos do meio ambiente com as suas necessidades, o que lhes faculta, ao longo do tempo, elaborar um amplo conhecimento sobre os ecossistemas que garante até hoje a reprodução de um característico padrão sociocultural.

Os grupos considerados tradicionais, em geral, ao terem exercido a sua territorialidade por muito tempo em seus respectivos espaços, criando raízes e exercitando uma intimidade com toda a natureza ao seu entorno, acumularam uma sabedoria que só a permanência no lugar, ao longo de gerações, poderia propiciar. Uma sabedoria baseada em um ponto de vista muito particular, sob um olhar diferenciado, de uma outra perspectiva cultural (ALBAGLI, 2003). Nessa mesma linha de raciocínio, Castro (1997) argumenta que a adaptação a esse meio ecológico de alta complexidade e grande diversidade biótica ocorre em função do saber acumulado sobre o território vivido, herdado em sua maioria do ancestral indígena nas diferentes formas pelas quais a exploração do meio é realizada. Constituem, assim, diferenciadas maneiras de relacionamento com os recursos diversificados no espaço, sendo justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução desses grupos, possibilitando a construção de uma “cultura integrada à natureza em suas formas apropriadas de manejo” (CASTRO, 1997, p. 226).

O modo de vida na beira do rio também traduz, então, essa profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento essencial da cultura dessas populações ribeirinhas. O habitante do beiradão, que embora trabalhe na pesca, na roça e no extrativismo, tem uma morada num pedaço de terra à beira de um rio qualquer, e é “*do complexo rio-quintal-roça-mata*

*que extrai sua subsistência, fundamentalmente*” (LOUREIRO, 1992, p. 17). A respeito dessas formas de trabalho e da produção econômica, as populações ribeirinhas realizam diversas atividades, utilizando tecnologia simples de uso e manejo dos ecossistemas em que vivem, produzidas a partir dos elementos disponíveis na natureza.

A pesca é a atividade que se destaca, pois representa a atividade que se articula com o meio imediatamente livre para sua execução e de onde é tirado o principal alimento, tanto para a subsistência quanto para a aquisição de renda familiar. A agricultura, bem como as outras atividades, está, em geral, num plano secundário, embora não menos importante, e é voltada também à subsistência. A mandioca (*Manihot esculenta*) é o principal elemento agricultável para a produção da farinha, que, junto com o pescado, constitui a base da alimentação dessas comunidades; por isso, destaca Hiraoka (1993), de uma forma geral, o termo ribeirinho também poderia ser usado para designar os camponeses da Amazônia que vivem à margem das águas e que vivem da extração e manejo de recursos florestais-aquáticos e da agricultura em pequena escala.

Através desses elementos, busco referenciar como, para o homem que vive à beira do rio, este e seu entorno constituem um espaço onde a sua vida bem como o seu conjunto de relações sociais apontam para uma expressão sociocultural diferenciada, refletindo os elementos embutidos em sua configuração enquanto cultura. Como destaca Loureiro, o seu modo de vida estabelece “a água [como] o elemento definidor da cultura dessas populações ribeirinhas” (1992, 26). A chamada “vida de beira-rio” correspondente, assim, a uma profunda articulação com a natureza, onde o rio e seu entorno assumem uma importância *sine qua non* para a existência dos grupos sociais que nele habitam, pois é dele que extraem seu alimento básico, fazem dele sua estrada e seu caminho, sua fonte de abastecimento d’água e de suas culturas agrícola, além de ser o lugar em que está inserido “seu mundo de lendas, alegrias e medos” (LOUREIRO, 1992, p. 26).

## **Itá – uma comunidade ribeirinha às margens do Amazonas**

As obras de Charles Wagley (1988), no livro *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*, e de Eduardo Galvão (1955), no livro *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*, são exemplos clássicos de comunidades ribeirinhas situadas às margens do rio Amazonas. Embora sua referência central seja o modo de vida caboclo, é possível analisar, nas obras, o perfil sociocultural ribeirinho com base nas descrições sucintas que fomentam o presente debate sobre conceituação e operacio-

nalização do termo ribeirinho na relação entre agrupamentos humanos e meio natural daquele espaço.

Ao estudarem o modo de vida das populações caboclas a partir de uma comunidade no baixo rio Amazonas, essas obras descrevem o perfil socio-cultural dos grupos ribeirinhos embasadas nos elementos teóricos analisados pelos autores supracitados, os quais estão presentes no cotidiano dos seus moradores, em especial na dinâmica que estabeleceram com o rio. Wagley descreve a localização da comunidade de Itá na confluência dos rios Xingu e Amazonas (Fig. 01). Itá é uma comunidade de nome fictício cujo pseudônimo refere-se à Gurupá, cujas características físicas destacavam uma municipalidade onde moravam, na época em que os estudos foram realizados, quinhentos habitantes; mas, apesar disso, era “a sede da municipalidade que tinha uma jurisdição sobre uma área de 6.094 km<sup>2</sup>” (p. 45). Daí por que o autor a destaca apenas como a cidade e a zona rural que a circunda, e não a unidade política mais extensa, sendo o termo “vila de Itá” usado para descrever a sede municipal em que se situava.

Mas Itá, em si, era um termo usado também para destacar a sede de Itá, em terra firme, e algumas pequenas ilhas do canal de frente para a cidade, reunindo ao todo mais ou menos 2 mil pessoas em sua totalidade na época do estudo.



**Figura 01.** Localização de Itá (Gurupá) no Estado do Pará. Fonte: Imagem de satélite Google.

Wagley também descreve Itá ressaltando que não era o centro comercial da unidade política que controlava, visto que as exportações e importações eram negociadas diretamente entre os barracões e firmas comerciais instaladas em Belém, em especial nas atividades de extração do látex para fabricação e exportação a borracha. Além dessa, outras atividades, como a pesca e a agricultura de mandioca e outros gêneros alimentícios, eram também exercidas fora da sede municipal, nas unidades ou subunidades menores

chamadas de “bairro” ou “freguesia”, onde o comércio era realizado diretamente entre os barracões e as firmas comerciais localizadas em Belém e outras capitais como Manaus.

Portanto, além da área urbana, existia ainda essa área que incluía as várias comunidades espalhadas pelas margens dos rios, que se estendiam rio acima até o rio Jocojó e, rio abaixo, até o rio Pucuru. Entre esses dois caminhos, estava a população considerada pelo autor como a população rural da comunidade, espalhada “ao longo das margens dos riachos, distribuídos em pequenas casas disseminadas, próximas às vias fluviais, principais vias de transportes”. São, como descrito, “os habitantes dos ‘bairros’”, ou partes menores de uma unidade maior que é a comunidade de Itá; também podemos chamá-los de “sítios” ou “freguesias”, os quais podemos caracterizar como os ribeirinhos mais afastados e isolados da comunidade de Itá.

Através dessa descrição, podemos observar o espaço geográfico onde se localizam essas comunidades como um dos principais elementos que estão presentes na caracterização do modo de vida ribeirinho. Segundo Wagley, as comunidades à beira do rio estavam espalhadas primeiramente em função das atividades de trabalho extrativistas, que exigiam certo espalhamento dos grupos familiares que lá habitavam, pois as árvores de onde era extraído o látex exigiam um espaço considerável entre si. Além desse fator, não eram “terras livres”, visto que cada sítio possuía um dono, o seringueiro, que contratava a mão de obra para lá trabalhar.

As atividades seguiam muitas vezes ao longo do rio Amazonas, onde as ilhas em frente à sede municipal “possuíam ricos seringais cuja produção só era ultrapassada pelos que ficavam na cabeceira dos afluentes” (p. 67), sendo o rio um importante elemento da natureza para o transporte das mercadorias e do fluxo dos atores envolvidos, onde passavam barcos, rumando aos barracões, carregados de instrumentos a serem entregues aos seringueiros que ali trabalhavam, e de onde carregavam as mercadorias diretamente para o destino final.

O rio também constituía o caminho por onde existia um fluxo constante entre ideias e informações que vinham da sede municipal e dos centros urbanos, como Belém e Manaus, trazendo as notícias do Brasil e do mundo. “Os anúncios no *Correio de Itá*, como se chamava o jornal, eram sinal de prosperidade, da intensidade de sua vida social e da preocupação dos moradores da cidade com o mundo exterior durante esse período” (p. 67). Dentro da cidade, o rio era importante para caracterizar os segmentos ou classes sociais que lá habitavam, estabelecendo critérios de hierarquia dada a proximidade com o mesmo, visto que “as residências melhores e mais permanentes ficavam à beira do rio, enquanto as barracas pobres estão situadas longe dele, escondidas da vista. O equivalente do bairro pobre em Itá é ‘do outro lado do rio’” (p. 48).

Ao longo dessas vias, as casas estavam dispersas, e era possível encontrar grupos de casas nas quais moravam diversos membros de uma mesma família, que se conectavam seguindo o curso do rio, principal via de transporte e contato entre eles, pois, à época do estudo, o acesso a essas comunidades era de grande dificuldade, pela ausência de um transporte de maior tecnologia e capacidade financeira para adquiri-los, embora existisse já assistência de saúde e sanitarismo para essas famílias, como é o caso do Serviço Cooperativo de Saúde Pública (SESP), do qual Wagley foi assistente do superintendente e posteriormente diretor de sua Divisão de Educação Sanitária, de onde viria a desenvolver sua “consciência da riqueza da cultura amazônica e da necessidade de um estudo da vida do homem da Amazônia” ( p. 22)

Tomando essa dispersão como análise, na descrição de Wagley, Itá não era “uma unidade social, ou mesmo geográfica, facilmente controlada pela sua sede” (p. 50). A área da comunidade encerrava mais de duas mil pessoas, das quais apenas aproximadamente quinhentas moravam na sede. Em vista disso, descreve ainda que as relações sociais entre os grupos familiares que habitavam a extensão do Amazonas eram pouco frequentes. Daí por que Itá não era “o centro social do município”, no qual “os moradores distantes ali comparecem como visitas, tal e qual as pessoas de fora” (p. 50).

Ao longo das vias navegáveis, existiam também as comunidades, onde as festas religiosas dos padroeiros de cada uma delas eram organizadas, sendo um importante ponto de sociabilidade da região, onde os encontros festivos despontavam como expressivos momentos de trocas e intercâmbio materiais e imateriais. Na estação “seca”, quando os rios voltavam ao seu nível médio e as chuvas diminuía (por volta de maio e início de junho) realizavam-se as principais festas na sede municipal: a de São Benedito (de 24 de dezembro) e a de Santo Antônio (13 de junho). Contudo, Wagley (p. 194) descreve que “ao se encerrarem oficialmente as comemorações da festa de São Benedito, realizam-se, naquela comunidade, mais de quatorze festas religiosas”, sendo que apenas três são comemoradas na sede e as demais se realizavam em outros distritos rurais, pelas “irmandades religiosas” que as organizavam.

Para citar um exemplo, Wagley descreve a festa de Santa Apolônia que era realizada no distrito de Maria Ribeira, onde os festejos começavam no dia 18 e terminavam no dia 28 de agosto e os moradores da proximidade, como da própria Itá, começavam a chegar cedo, pela manhã, para a solenidade de ereção do mastro,<sup>4</sup> e posteriormente para os festejos em homenagem ao santo padroeiro. Nesse caminho, “viajavam em canoas carregadas até às amuradas, com seus pequenos baús de lata em que guardam as roupas de festa, suas redes e outras bagagens, com alimentos e, às vezes,

uma garrafa de aguardente” (p. 196). Nesses locais, “formam-se grupos separados de homens e mulheres que procuram os locais ao longo do riacho em que se possam banhar sossegadamente, fazer *toilette* e trocar roupa para os festejos de tardinha e de noite” (p. 196), bem como “à medida que vão trocando de sapatos, vestindo calças limpas, camisas brancas e casacos, riem, conversam e tomam seus tragos” (p. 196).

Nessa descrição, Wagley nos mostra como o rio é também um importante ambiente de lazer e sociabilidades, uma vez que os convidados para a festa utilizam-no previamente como lugar de trocar conversas e, conseqüentemente, compartilhar informações sobre atividades de trabalho e assuntos de família, de paragens distantes e diferenciadas, bem como para o lazer através de brincadeiras e histórias de lendas e mitos.

Galvão destaca o universo religioso do caboclo da região, descrevendo a crença no “reino encantado”, onde estão os “companheiros do fundo”, como o boto, ser que habita o fundo dos rios, mas emerge e acompanha as canoas de seus viajantes. Segundo o autor, distinguem-se dois: o avermelhado, mais perigoso, e o preto, chamado também de tucuxi, destacando este último como aquele “que ajuda aos afogados empurrando-os para as praias” e afugenta os avermelhados “quando estes atacam as canoas ou nadadores” (p. 92). Contudo, destaca ainda o autor que, segundo a crença disseminada na região, ambos são igualmente evitados, pois quando o boto acompanha a canoa é melhor ignorá-lo, esquivando-se assim da sua “malignidade”, lançada por ele sobre aqueles que infringem a regra, deixando-os enfermos.

Galvão cita dois casos em que um jovem embriagado teria xingado o boto ao avistá-lo e, como consequência, caído em febre no outro dia; e o outro onde um pescador atirou pau em um boto por ter afugentado os peixes, sentindo imediatamente calafrios no corpo, e seu companheiro “inexplicavelmente atirado ao chão e depois à água como se tivesse sido empurrado por alguém” (p. 93), todos por terem provocado o boto.

A respeito da vida econômica dos habitantes da região, na descrição de Galvão, toda a vida econômica de Itá oscilava entre as atividades coletoras de produtos naturais, como a castanha, a piaçaba, o timbó e, principalmente, a coleta da borracha. Essas atividades econômicas eram, por sua vez, complementadas pela pesca. Já a agricultura dependia amplamente do calendário pluviométrico na região e era de “condição inferior”, conforme assinala Galvão, devido principalmente ao terreno e às técnicas rudimentares, que não permitem uma grande variação de culturas, focando basicamente na plantação da cultura de mandioca. Com exceção dos terrenos de várzea, situados as margens dos rios, os solos de terra firme eram arenosos e pobres em substratos.

Contudo, embora secundárias e com um papel menos expressivo enquanto atividade geradora de riqueza, a pesca e a agricultura tinham uma importância imprescindível, pois proviam os seringueiros e os habitantes mais afastados da cidade com os principais alimentos que garantiam a subsistência do habitante rural na região: o pescado e a farinha que, segundo Galvão, constituíam a base da dieta do caboclo da região amazônica, dado que à época do estudo a relação com os centros de poder era ainda distante, sendo do sudeste e do sul que vinham as importações de enlatados e produtos manufaturados, atendendo apenas alguns segmentos economicamente mais capazes de adquiri-los.

Entretanto, de uma forma geral, esse é o momento em que a economia da região está ainda ligada à produção da borracha para exportação aos centros urbanos amazônicos e aos mercados nacionais e estrangeiros. Em Belém e Manaus, ainda podemos encontrar o *sistema de aviamento* nas relações de trabalho entre seringueiros e seringalistas, no qual “o caboclo não paga fôro ou arrendamento, mas é obrigado a entregar toda sua safra de borracha ou de castanha ao patrão que lhe adiantou os meios de trabalho” (GALVÃO, 1955, p. 2).

Não apenas nas atividades econômicas, mas também em toda a vida social dos grupos situados às margens dos rios, podemos perceber que as estações do ano influenciavam o movimento sazonal de enchente e vazante do rio Amazonas, que, por sua vez, afetavam decisivamente a vida do habitante dos bairros da comunidade de Itá.

Segundo o autor, o ritmo de atividades na região oscila entre os dois períodos de movimentação das águas do Amazonas, isto é, entre as enchentes da estação chuvosa e a vazante do verão, de acordo com as quais esses grupos realizam suas atividades: durante o inverno, os seis meses de enchente, que correspondem de dezembro a julho, as chuvas impedem as pessoas de saírem dos seus lares; a pesca não é tão rendosa, nem a borracha pode ser extraída. É um período de recolhimento, quando o pescador não tem tanto sucesso na pesca nem na caça devido aos regimes de cheias na região. Os peixes subiam os rios e a caça desertava para dentro das matas.

De acordo com o mesmo, é o momento em que

O povo se recolhe aos sítios, aos povoados ou às cidades. Só trabalham os castanheiros, pois essa é a estação das safras, ou os canoeiros e tripulantes de barcos visto a “água” ser melhor de viajar e as cachoeiras darem passagem. É um tempo de fome, de esperar pela roça amadurecer. (GALVÃO, 1955, p. 1)

O verão, ao contrário, é um período de maior atividade, mais farto. É

o tempo de limpar as estradas para o corte da borracha, do milho e dos legumes, de armar os cacuris para o peixe e de levantar barragem na boca dos igarapés. O caboclo deixa as “aldeias” para entrar no mato. Os barracões e os tapirirs voltam a ser povoados. (GALVÃO, 1955, p. 1, 2)

O movimento das estações do ano assume, assim, uma importância de enorme serventia na vida dos moradores ribeirinhos, pois é de acordo com ele que o habitante articula o seu calendário de atividades. É possível identificar, na descrição do autor, que existe uma forte expressão de “sazonalidade” nesses espaços, para parafrasear a ideia de Mauss (2003), de acordo com as estações do ano e com o movimento do rio, expressando um contraste marcado na organização coletiva em momentos diferentes.

Em *Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós*, Mauss descreve como os grupos esquimós sofrem alterações em sua morfologia social em função das mudanças periódicas a que o meio ambiente está sujeito de acordo com as diferentes estações do ano. A sua forte ligação com o meio natural influencia de diferentes modos a sua vida coletiva, como a sua morfologia geral, as habitações, a distribuição dos habitantes no solo conforme as estações e até mesmo efeitos na vida religiosa e jurídica.

[...] conforme as estações, a maneira como os homens se agrupam, a extensão, a forma de suas casas, a natureza de suas instituições mudam completamente [...] Há, não uma, mas várias sociedades esquimós cuja civilização é bastante homogêneas para aquelas que possam ser utilmente comparadas, e bastante diversificadas para que essas comparações sejam fecundas. (MAUSS, 2003, p. 426).

Em outro exemplo, também Evans-Pritchard (1978) destaca essa importância, ao estudar *Os Nuer*, povo próximo ao Rio Nilo, na África Oriental, dando exemplos de como a vida social não é a mesma nos diferentes momentos do ano, ao descrever como a organização das atividades produtivas também passa por fases sucessivas e regulares de acordo com as estações do ano. No inverno, suas atividades agrícolas e de pastoreio sofrem algumas alterações, visto que as chuvas intensas de inverno e as inundações causadas pelo rio os levam e aos seus rebanhos a procurar a proteção de terras mais altas, inversamente ao verão, pois

quando as chuvas passam, os suprimentos de água perto das aldeias esgotam-se logo porque, naturalmente, os lugares mais altos e mais secos foram os escolhidos para construir, e torna-se necessário mudar para perto das poças, lagos, lagoas, pântanos e rios. (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 68)

Considero os exemplos desses dois autores, somados aos de Galvão, por mostrarem como os elementos que constituem a natureza, como o rio, revelam-se como importantes fatores que medeiam as relações sociais entre os homens, estabelecendo características diversas em seu modo de vida. É possível observar que, para os moradores da área em que se desenvolveram os estudos de Wagley e Galvão, o Rio Amazonas assume importância decisiva em seu conjunto de relações materiais e imateriais, estabelecendo uma importante conexão em seu modo de vida, como um elemento cultural presente neste.

É possível auferir nessa descrição que, dadas as condições de mobilidade geográfica e demográficas, os grupos distantes da sede estabeleceram no espaço uma noção de território que deve ser considerada de suma importância, na qual também encontramos a relação existente com o universo místico dessas populações, amplamente influenciado pela *Hiléia* amazônica, através do processo de adaptação e das técnicas utilizadas para explorar esse ambiente, conforme destaca amplamente o estudo de Galvão.

As lendas da cobra-grande, do boto, da matinta-pereira, curupira, ou mesmo a crença em seres imateriais que interferem na vida cotidiana do caboclo, como a panema, encerram exatamente uma relação muito ligada às técnicas e formas de adaptação ao meio geográfico da região, seja ele florestal ou aquático, e, por isso mesmo “não podem ser postas de lado sob alegação de que se trata de superstições ou de sobrevivências pagãs, porque são igualmente ativas e capazes de despertar atitudes emocionais e místicas [...]” (GALVÃO, 1955, p. 88). Aí se inserem elementos materiais e imateriais, carregados de valor subjetivo para esses grupos, nos quais o simbólico acompanha a concepção material da existência.

Construída de modo singular, a religiosidade desses grupos incorpora também significados que a diferenciam da construção da territorialidade do ponto de vista da apropriação utilitarista da terra, segundo a qual “as marcas da configuração espacial, do espaço apropriado tem significados cognitivos que ultrapassam o plano puramente material”. (FURTADO, 1993, p. 248). Os comportamentos subsequentes dessa concepção são incorporados à vida prática das comunidades e cujo significado vai além de sua própria configuração física e utilitarista: aqui o imaginário tem lugar não com características de superstição, isto é, não como um sentimen-

to religioso ou não baseado na ignorância e no temor, induzindo o ser humano ao conhecimento de falsos deveres com um apego exagerado ou infundado a qualquer ser inanimado e animado, conforme destaca BEZERRA (1995), mas de valores que interferem na relação do homem com seu hábitat, contribuindo para sua conservação. Os mitos assumem então essa função integradora, pois estabelecem “nexos entre a estrutura mental e prática das comunidades que conhecem e vivenciam o mito, tornando-o uma razão prática de atitudes do cotidiano da vida desses ribeirinhos [...]” (FURTADO, 2009, p. 68).

De acordo com Furtado (1993), o rio Amazonas se coloca, dentro dessas particularidades, como o grande mediador desse sistema integrado de trabalho e relações socioculturais, a partir das condições adversas do ambiente que regulam as atividades na região, de maneira a influenciar na forma como os grupos interagem, adotando formas e maneiras de manejar o meio ambiente natural. Essas asserções apontam que, enquanto elemento da natureza, o rio provoca alterações no modo de vida dos grupos que estamos analisando, estabelecendo uma relação dialética, na qual observamos uma naturalização e uma humanização da natureza e dos grupos humanos.

Segundo esse olhar, é possível também compreender que essa relação deve ser bastante heterogênea. Dado que a região amazônica possui uma diversidade de ecossistemas onde habitam diferentes tipos de grupos sociais, onde a correspondência que existe entre os grupos humanos com a diversidade do meio natural é também diferenciada segundo as condições naturais do meio em que estes se situam, alterando diferenciadamente o conjunto de relações socioculturais imanentes a cada um desses espaços, conforme destaque um exemplo a seguir.

## **Outras considerações reflexivas: os ribeirinhos do litoral**

Retomando a proposta deste artigo, tentei sublinhar até aqui alguns aspectos do que pode ser conceituado como *ribeiridade*, destacando os elementos socioculturais presentes no modo de vida dos povos ribeirinhos da Amazônia. Tomando como análise os elementos presentes nas obras dos autores supracitados, bem como nas descrições dos estudos de caso de Wagley e Galvão em Itá, tentei demonstrar as relações e particularidades que permeiam esse modo de vida peculiar nos espaços fluviais da Amazônia, na busca de explicitar o rio como o elemento presente e essencial nessa expressão cultural.

Por meio da observação e dentro de um exercício de interpretação antropológica, procurei demonstrar as formas simbólicas, a paisagem, algumas instituições e comportamentos, em cujos termos as pessoas se represen-

tam para si mesmas e para os outros dentro dessa expressão cultural. Para Geertz (1989, p. 20), significa analisar “uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas [...]”, estabelecendo em seguida a interpretação pessoal do observador. Busquei, dentro dessa premissa, observar e interpretar como se expressa a conexão dos moradores dessa comunidade com rio.

Conforme procurei demonstrar, esse perfil social é afinado com a relação que os ribeirinhos estabeleceram com a natureza, numa relação dialética, configurando o que alguns antropólogos contemporâneos chamam de “etnicidades ecológicas”, ao sinalizar qualquer “grupo de pessoas que deriva seu sustento e sobrevivência (material e cultural) da negociação cotidiana com o meio ambiente imediato” (COSTA, 2011, p. 101). Nessa classificação, a natureza desponta como um agente portador de cultura, isto é, como elemento que é parte da cultura desses grupos, ativa ou passivamente, naturalizando-os e/ou humanizando-se pela sua presença, e sem o qual a natureza particular das relações materiais e imateriais estabelecidas não existiria:

[...] as características peculiares que cada grupamento humano (país, comunidade, tribo ou cidade) desenvolve são formados a partir das relações estabelecidas, seja com os outros homens da sua sociedade, seja com a terra, rio, mar, o alimento, as plantas e os animais, ou seja, com seu ambiente imediato e concreto. (COSTA, 2001, p. 103)

Para Sahlins (1966), essa relação dialética é também considerada uma relação de *reciprocidade*, pois configura uma relação em que há um permanente intercâmbio, um permanente dar e trocar entre a cultura e o meio ambiente, pois, ao mesmo tempo em que há uma humanização do meio ambiente, este impõe um limite ecológico; ao mesmo tempo em que os homens estabelecem tecnologias de adaptação ao meio, este governa o desenvolvimento das tecnologias e das populações. Em outras palavras:

a cultura determina o seu meio ambiente: pela natureza dos instrumentos que emprega, por sua orientação para determinado modo de sobrevivência, e por outros meios ainda, a cultura determina a importância das condições externas específicas; mas é também, por sua vez, determinada pelo seu meio ambiente: ela se adapta as condições externas importantes a fim de elevar ao máximo as possibilidades de vida. (SAHLINS, 1966, p. 101)

De acordo com Waldman (2006), os estudos antropológicos diagnosticaram a inviabilidade de compreender os povos tradicionais nas pesquisas correntes sem o entendimento dessa relação dialética e recíproca, excluindo a partir de então a perspectiva que dissociava a relação mantida por esses grupos com o meio natural como espaço de vida. O aproveitamento dos recursos naturais estabelece diferentes modelos de entrosamento entre as culturas e o meio ambiente, constituído como espaço de referência e carregado de elementos simbólicos, no qual

as populações do mundo tradicional, direcionando seu cotidiano de vida em função de determinados valores ante o meio natural, necessariamente induziram uma seleção cultural e/ou social dos elementos presentes no seu meio natural, neste imprimindo sua marca. (WALDMAN, 2006, p. 113)

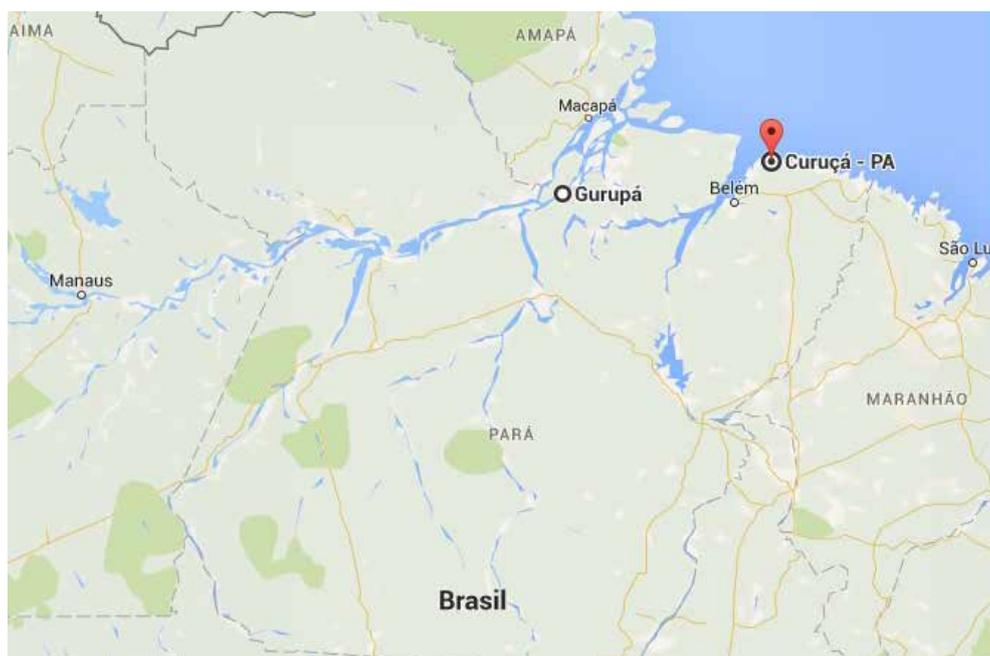
A diversidade cultural não pode estar dissociada da diversidade biológica, visto que a configuração do conjunto de relações disponíveis no modo de vida dos grupos ribeirinhos que estudamos também depende dessa associação. Os moradores que habitam as margens dos rios também condicionam o seu comportamento seguindo essa relação dialética, na medida em que preenchem a natureza de sua cultura, ao mesmo tempo que são naturalizados pelas influências que a natureza imprime nas suas relações sociais e de trabalho, no lazer, nas suas simbologias e no seu imaginário marcados pelo rio, na sua morfologia, nos ambientes habitáveis seguindo o movimento das inundações periódicas dos rios etc. Em todos esses elementos encontramos o diálogo presente nas marcas dessa configuração.

Essas considerações potencializam a perspectiva de futuros estudos sobre os tipos particulares de relação com o meio natural que guardam o modo de vida de grupos ribeirinhos situados em outras áreas da região amazônica, isto é, considerando que a Amazônia é uma região complexa e heterogênea, geológica, hídrica, climática, social, econômica e politicamente (BRACK EGG, 1996), onde se inserem as diferenças físicas, químicas, de solos, ecossistemas e a biodiversidade imanente.

Estudar outros grupos implica considerar as características gerais e específicas do modo de vida em questão levando em consideração as influências naturais de diferentes espaços na organização do trabalho, no modo de vida em geral e em seu conjunto de relações sociais, nas quais se revelam diferentes capacidades de adaptação e organização social ao ambiente amazônico. Desse modo, analisar diferenças e semelhanças de maneira comparativa se constitui num estudo com amplas perspectivas antropológicas.

Para citar um exemplo, em pesquisa realizada numa comunidade localizada às margens de um rio de água salgada no litoral do estado do Pará, foram observadas essas variações através da influência que a natureza exerce sobre o trabalho e sobre as relações sociais presentes no modo de vida dos seus moradores (RENTE NETO, 2011). Considerando as duas regiões, é possível observar que possuem características distintas em termos geográficos, o que estabelece características naturais e configurações sociais diferenciadas, a exemplo da humificação fertilizante que o Rio Amazonas confere às terras de várzea, permitindo uma maior flexibilidade na produção, ao comportar uma produção agrícola beneficiada pela fertilização das várzeas.

Essa característica revela uma maior facilidade produtiva quando comparada à baixa capacidade de produção agrícola das terras da região do salgado paraense, situada numa área do estuário amazônico, com elevada salinidade, o que faculta a plantação de uma quantidade bem menor de culturas agrícolas e um maior direcionamento da produção econômica para o setor pesqueiro.



**Figura 02** - Localização de Itá (Gurupá) e Curuçá no Estado do Pará. Fonte: Imagem de satélite Google.

Nessa mesma região, desenvolvemos um estudo numa comunidade chamada Pinheiro, localizada às margens do rio Pinheiro, de água salgada, localizado no município de Curuçá, na Microrregião do Salgado. Os moradores demonstram a base econômica, voltada ao setor pesqueiro, ao observarmos uma alimentação básica proveniente secundariamente da agricultura da mandioca e especialmente da pesca e da *mariscagem*, termo

usado pelos moradores locais para se referir ao extrativismo dos produtos do mar, como o camarão, o caranguejo, a ostra e o mexilhão. A pesca na comunidade é realizada seguindo um ritmo diferente do observado na região do baixo Amazonas: o trabalho é constante e há a regularidade dessa atividade durante todo o ano, o que permite observar diferenças e semelhanças entre as duas regiões.

Através da descrição de Wagley e Galvão, observamos que o que ocorre no baixo Amazonas é que o ritmo de atividades oscila entre os dois períodos de movimentação das águas do rio Amazonas, isto é, entre as enchentes da estação chuvosa e a vazante do verão; assim sendo, as atividades econômicas são divididas por período. No litoral paraense, os pescadores não articulam tão estritamente a sua atividade em períodos, como ocorre no baixo Amazonas.

De acordo com Furtado (1987), o que ocorre no litoral é que nas “águas” de inverno do rio, de maior pressão de descarga do Amazonas, há uma tendência para afastar a água salgada do oceano Atlântico da costa do Pará, e, nessas imediações, as águas costeiras se tornam menos salgadas ou salobras. Os cardumes que habitam a faixa costeira migram à procura das correntes características do seu hábitat. No verão, o comportamento é inverso: a força da vazão, sendo menor em relação à do inverno, permite às águas oceânicas penetrarem mais facilmente na faixa litorânea do Pará e os cardumes voltam a povoar esse território. O comportamento dos pescadores é então condicionado por esse regime de vazão do rio Amazonas, com a diferença de que a sua atividade econômica é permanente; o que muda é que há apenas uma alternância de intensidade da atividade por local.

Em Pinheiro, os pescadores seguem um fluxo de maré oceânica diário. Na descrição dos pescadores, o movimento de enchente e vazante das águas do rio ocorre num intervalo de seis em seis horas diários, existindo dois momentos intermediários entre eles: o primeiro começando quando completadas três horas de enchente, chamado *meia-maré*, no qual o rio tem uma *parada* de alguns minutos, quando as águas da enchente *tentam voltar*, encontrando-se com as que ainda estão enchendo; passados esses minutos, o rio continua enchendo por mais três horas, completando as seis horas de enchente, chamada de *preamar*. Na descida, o movimento é o mesmo: o rio vaza por três horas, tem a segunda *parada* e depois vaza por mais três horas, completando as seis horas de vazante.

De dez em dez dias, aproximadamente, o comportamento do rio muda: sua correnteza está mais calma, *sem carreira*, é a maré *morta*, o que é melhor para a pescaria de linha, visto a água estar mais limpa, isto é, os sedimentos que acompanham a enchente do rio são trazidos pela pouca força exercida pela água; além disso, os peixes podem ser melhor vistos. Passados mais ou

menos sete dias, a correnteza vai ficando mais forte e aumenta o volume de água do rio, chegando mais próximo das casas que estão na beira: é a maré de *lanço*. Durante o *lanço*, a melhor pescaria é a de rede, visto a água estar mais *suja*, com mais sedimentos trazidos pela força da água e o peixe se torna mais difícil de ser visto na água.

Esses comportamentos de enchente e vazante, sejam na maré *morta*, sejam na maré de *lanço*, não impossibilitam os pescadores de realizar a sua atividade regularmente durante o ano. Como se pode perceber, não existem períodos de pesca como no rio Amazonas. A pesca é uma atividade que dura o ano todo e os pescadores exercem-na em Pinheiro conforme a necessidade do peixe na alimentação: durante a enchente do rio, durante a sua vazão, tanto na maré *morta*, quanto na de *lanço*. A diferença é que no mês de julho há uma maior presença de algumas espécies de peixe, permitindo uma maior fartura na pesca.

Aqui é, portanto, possível observar que as duas comunidades, tanto Itá como Pinheiro, são distintas em termos de suas formas de relacionamento como a diversidade do ambiente amazônico, “o que corresponde a diferentes modos de vida, que traduzem, por seu turno, diferentes adaptações dos agrupamentos humanos ao ambiente amazônico” (FURTADO, 1987, p. 27). Seguindo esse pensamento, podemos notar que a Amazônia é uma região heterogênea no que diz respeito às suas condições naturais e à distribuição desse potencial, auferindo que os diversos segmentos sociais existentes são resultantes da adaptação a esses respectivos ambientes, e nele estabeleceram de modo particular a sua cultura, o seu modo de vida.

Todos esses fatores contribuem para originar o ritmo e a natureza da atividade humana nas diversas áreas que compõem a região, como o baixo Amazonas e a Microrregião do Salgado, estabelecendo atividades diversas e segundo as condições naturais, como o extrativismo, a coleta de produtos naturais, a pesca fluvial, a pesca marítima, a agricultura de várzea, de terra firme, a mineração, o criatório de gado etc., marcando “com maior ênfase a vida econômica dos segmentos rurais amazônicos, fazendo delas a base de sua subsistência” (FURTADO, 1987, p. 28).

A semelhança que pode ser percebida entre as comunidades está no fato de que ambas possuem períodos equivalentes de maior e menor fartura na pesca e na agricultura, no inverno e no verão Amazônico. O inverno em Pinheiro é também um período em que se dá menos pescado, pois é o momento de maior *descida* dos peixes, isto é, é quando os peixes migram para o oceano, sendo encontradas no rio poucas espécies de tainha, bagre e pratinheira, espécies que são mais pescadas na comunidade. Também não é o período de fartura no roçado, cuja queimada só começa em novembro, para em seguida se plantar a mandioca no mês de dezembro. Só resta aos

moradores pescar o que tem no rio e plantar outras culturas, na comunidade, que somente complementam a alimentação básica, composta essencialmente por peixe e farinha.

O verão, que vai aproximadamente de agosto a novembro, é um momento de mais fartura. É quando a sardinha começa a aparecer no rio, indicando que é o período de maior *subida* dos peixes, isto é, quando as espécies fazem o movimento inverso do inverno, migrando do oceano em direção aos igarapés e rios, por volta do mês de julho, período da pesca do bagre e da tainha.

Nesse sentido, podemos afirmar que, em Pinheiro, os moradores também articulam a sua vida material e social em conexão com o rio, isto é, mantém semelhantemente uma *ribeirividade* enquanto expressão do modo de vida dos habitantes das margens dos rios, todavia, seguindo um ritmo diferente do da comunidade Itá, o que poderíamos chamar, a partir das descrições acima, de uma *ribeirividade marítima*.

Essas considerações se fortalecem se considerarmos que, além das atividades de trabalho, o morador às margens dos rios de água salgada do litoral também articulam suas relações sociais de acordo com o movimento do rio, que configura igualmente o seu calendário, segundo o qual o movimento de entrada e saída das comunidades situadas as margens é condicionado de acordo com o movimento de preamar ou baixa-mar sobre o rio; os momentos de lazer, quando a maré alta inviabiliza o banho pelo movimento perigoso das marés oceânicas sobre as beiradas do rio e a maré calma garante o banho e a pesca esportiva; o seu universo mítico, de acordo com os elementos presentes naquele espaço que constituem uma forma singular do imaginário da Amazônia costeira (BEZERRA, 1995) etc.

## Considerações finais

De acordo com o que nos propusemos neste artigo – fomentar certos debates e reflexões a respeito do conceito de *ribeirividade* em diferentes regiões da Amazônia –, convenciamos considerar a articulação entre cultura/natureza como foco de análise da operacionalização desse conceito, na medida em que as marcas dessa articulação ressoam sobre a manifestação cultural dos grupos que habitam as margens dos rios em diferentes áreas da região amazônica.

Podemos considerar os ribeirinhos do litoral enquadrados na conceitualização de Loureiro (1992), dentro das características do meio natural de beira-rio, visto que, segundo o termo *ribeirividade* que nos propusemos a analisar, os grupos que habitam as margens dos rios de água salgada – e que permanecem invisíveis no debate acadêmico – também possuem as marcas

dessa configuração cultural, em função da sua forte articulação com a natureza no conjunto que envolve suas relações materiais e imateriais, isto é, o seu modo de vida e os seus hábitos e costumes. Se considerarmos a sua relação com a natureza, manifesta diferentemente dos grupos que habitam o baixo Amazonas, devemos considerar igualmente os aspectos diferenciais da região amazônica em sua porção costeira, pois esses aspectos revelam as diferentes características de como a adaptação foi efetivada nesse ambiente, nos rios de água salgada.

Não se trata de determinismo cultural, mas sim do diálogo premente proposto por Waldman e Sahlins, citados no artigo, sobre a humanização da natureza e a naturalização do homem de forma dialética, segundo a qual o resultado dessa interação é muitas vezes a formação de uma manifestação cultural *sui generis*. Desse modo, a natureza condiciona importantes aspectos do seu modo de vida, dos hábitos e dos costumes manifestos nas suas relações de sociabilidade. Por isso, destaco no artigo o termo proposto para debate de *ribeiridade marítima*, destacando uma particularidade encontrada por nós no modo de vida ribeirinho amazônico, em outras áreas da região que existam rios que influenciam o ritmo da atividade humana em seu conjunto mais amplo e que são ao mesmo tempo marcados pelos traços humanos dentro de certas características particulares inerentes ao processo de adaptação do homem àquele espaço.

Acredito que essas discussões fortalecem o estímulo a futuras pesquisas em outros ambientes que poderiam ainda estar sendo pouco explorados e estudados na região Amazônica. Esses dados permitem futuramente o aprofundamento no tema, ao colocar em evidência um grupo especial que permanece oculto nos estudos desenvolvidos em diferentes partes que compõem essa região.

As poucas referências sobre esse grupo na área litorânea e, provavelmente, em outras áreas da região, aguçou minha curiosidade e cria a necessidade de realizar mais estudos etnográficos que estabeleçam observações mais aprofundadas e concisas sobre essa relação homem-natureza dentro da constituição identitária destacada, tanto para revisão da literatura pertinente quanto para a ampliação dos dados empíricos existentes.

O estímulo a pesquisas desse tipo também deve ser motivado pelos centros de pesquisa, procurando desenvolver o trabalho do antropólogo em consonância com as necessidades desses grupos, fortalecendo a importância do trabalho etnográfico no sentido de auxiliar os gestores públicos no atendimento das demandas e na institucionalização de políticas públicas que deem visibilidade a esses grupos e os beneficiem.

## Notas

1. Ver em especial Benchimol (1999).
2. Alguns autores como Lima Ayres (1992), Parker (1985) e Wagley (1985) destacam a polissemia que encerra a conceptualização do termo *caboclo*. Para Wagley (1985), temos um fator para além do ambiente amazônico que adapta o homem em geral: temos igualmente um modo de adaptação específico, uma cultura concebida pelos indígenas, integrando ao mesmo tempo os migrantes que foram se estabelecendo no processo de conquista e formação social da região amazônica. Parker (1985), de outro lado, analisa uma espécie de “campesinato indígena”, isto é, um amplo contingente demográfico que estabelece a integração do ameríndio aculturado e que absorveu os imigrantes ao seu modo de vida. Wagley (1988) estabelece na análise do *caboclo* de Itá uma oposição ao índio em vida tribal, analisando o habitante da região como um índio aculturado e integrado à sociedade contemporânea, processo que se soma às várias migrações de nordestinos e indivíduos de outras regiões, os quais absorveram as transformações socioeconômicas e culturais advindas dessa nova fase da região amazônica. Para Lima Ayres (1999), à inexistência da homogeneidade de definição do termo, soma-se o sentido pejorativo que carrega o termo *caboclo* em algumas definições, cuja nomenclatura já denota um certo primitivismo e retrocesso civilizatório em conceber esse modo de vida na região, isto é, “incluem as qualidades rurais, descendência indígena e ‘não civilizada’ (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada” (LIMA AYRES, 1999, p. 7).
3. As margens inundáveis dos rios.
4. Um poste de mais ou menos dezoito metros decorado com folhagens locais e erguido em homenagem ao santo padroeiro da comunidade.

## Referências bibliográficas

- ALBAGLI, Sarita. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. In: BELAS, C. A. (Org.). *Saber local/ interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia*. 2003, Belém. *Anais...* Belém: CESUPA/MPEG, 2005. p. 17-27.
- ARENZ, Karl. *Filhos e filhas do beiradão: a formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia*. Santarém: Faculdade Integrada do Tapajós, 2000.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1999

- BEZERRA, Ararê Marrocos. *Amazônia – lendas e mitos: Curuçá sua terra, sua gente*. Belém: BASA; CECAFAM, 1995.
- BRACK EGG, Antonio. La Amazonia posible: recursos, problemas y posibilidades de una de las más intrigantes regiones del planeta. In: PAVAN, C. (Coord.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. São Paulo: Memorial, 1996. p. 21-33.
- CANTO, Otávio do. *Várzea e varzeiros da Amazônia*. Belém: MPEG, 2007.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997. p. 212-242.
- COSTA, Laura M. *Cultura é natureza: tribos urbanas e povos tradicionais*. RJ: Garamond, 2011.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Currualistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: MPEG, 1987.
- \_\_\_\_\_. Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do médio amazonas. In: *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 243-276.
- \_\_\_\_\_. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- \_\_\_\_\_. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. Â. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. 2. ed. Belém: ICSA/UFPA/MPEG, 2009. p. 65-72.
- FURTADO, Lourdes. G.; MANESCHY, Maria C. Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. In: *Colloque national et international – entre terre et mer – sociétés littorales et pluriactivités XV-XX siècles*, 2002, Lorient, França.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. São Paulo: Editora Nacional, 1955.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Kooogan, 1989.
- HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha no estuário do Amazonas. In: FURTADO, L. G. (Org.). *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.
- LIMA AYRES, Deborah de Magalhães. *The Social Category Caboclo: the history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an amazonian region (the middle Solimões)*. Cambridge, 1992. Tese (Doutorado) – University of Cambridge.

- \_\_\_\_\_. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Revista Novos Cadernos*, NAEA, v. 2, n. 2, p. 5-32, dez.. 1999.
- LOMBA, Roni M; NOBRE-JUNIOR, Benedito B. A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA). *Revue Franco Brésilienne de Géographie (Confins)* [Online], n. 18, 2013. Disponível em: <<https://confins.revues.org/8405?lang=pt>>. Acesso em: 20/12/2015.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana, n. 1).
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as Variações Sazonais da Sociedade Esquimó. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 425-505.
- MORAN, Emilio. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. SP: Edusp, 1994.
- PARKER, Eugene P. Cabocclization: The Transformation of the Amerindian in Amazonia 1615-1800. In: *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Virginia: Studies in Third World Societies Publication n. 32, 1985. p. 1-50.
- RENTE NETO, F. J. S. Ribeirinhos do litoral: um estudo sobre a ribeirinidade em Pinheiro, no município de Curuçá - PA. In: *Seminário Internacional Múltiplos Olhares sobre a Zona Costeira de Países de Língua Portuguesa*, 2011, Belém. *Anais...* p. 103-104.
- SAHLINS, Marshall. A cultura e o meio ambiente: o estudo de ecologia cultural. In: TAX, S. *Panorama da antropologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. p. 100-110.
- WAGLEY, Charles. The Amazon Caboclo. In: PARKER, E. P. *The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives*. Virginia: Studies in Third World Societies Publication n. 32, 1985. p. xvii-xvi.
- \_\_\_\_\_. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Trad. Clotilde da Silva Costa. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, [1953] 1988.
- WALDMAN, Mauricio. *Meio ambiente e antropologia*. SP: SENAC, 2006.

**autores**

**Francisco Rente Neto**

É Acadêmico Imortal da Academia Curuçaense de Letras, Artes e Ciências (ACLAC - PA) e Mestrando do curso de Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É também membro do Grupo de Estudos Amazônicos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pesquisador Colaborador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

**Lourdes Gonçalves Furtado**

É pesquisadora titular U - III do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Membro Titular do Conselho Técnico-Científico do Museu Paraense Emílio Goeldi. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (1966), Mestrado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1980) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1989) e Pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique (1995), Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (1995) e Orstom (1990), todos em Paris - France.

**Recebido em 19/04/2015**

**Aceito para publicação em x/x/2016**